

## 60 anos da Revolução Chinesa

Henrique Rattner

FEA/USP



### Introdução

“Revoluções são as locomotivas da História” afirma Leon Trotski no prefácio de sua autobiografia intitulada “Minha Vida”. São transformações radicais do sistema político de uma sociedade, frequentemente violentas, implicando também em mudanças radicais da economia e das relações sociais e culturais. Geralmente, são precedidas por um levante armado de uma classe social, que se sente oprimida e explorada pelos donos do poder.

A revolução francesa (1789-1795) levou à queda da monarquia, a expropriação da nobreza rural de suas terras e a ascensão política da burguesia. As tropas francesas, sob o comando de Napoleão Bonaparte e seus jovens generais, levaram as conquistas políticas da revolução: o princípio dos direitos humanos e a liberdade de todos os cidadãos, para todos os países europeus, desde a Prússia, o império austro-húngaro, a Rússia Czarista, a Polônia e até a Itália. As reformas introduzidas pelas tropas francesas alteraram profundamente o cenário político da Europa e, mesmo com a derrota final de Napoleão em Waterloo

(1815) não foi mais possível fazer retroceder a História.

Bem que as potências vitoriosas – Áustria-Hungria, Prússia, Inglaterra e Rússia tentaram na Conferência de paz convocada pelo conde Metternich, chanceler do império austro-húngaro, em Viena, voltar ao “*status quo ante*”, ou seja, a restauração de monarquias absolutistas e a devolução das terras expropriadas da nobreza. Em vão – várias conquistas da revolução introduzidas nos diferentes países, permaneceram em vigor, embora alimentassem as lutas de classe durante toda a primeira metade do século 19. Houve sublevações na França, em 1830, 1840 e, sobretudo, em 1848. Esta última desencadeou uma onda de movimentos revolucionários burgueses, reprimidas de forma sangrenta pelas tropas do Czar que vieram em socorro aos exércitos do império austro-húngaro, na Polônia e na Hungria.

Somente a derrota militar na primeira guerra mundial levou à deposição dos monarcas e à criação de repúblicas parlamentaristas na Europa Central, caracterizadas pela instabilidade e fraqueza de seus governos, abrindo espaço para a ascensão de ditaduras totalitárias: Mussolini iniciou sua marcha sobre Roma em 1922; em 1923, Mustafá Kemal (Kemal Atatürk – o pai dos turcos) foi levado ao poder pelo movimento dos “jovens oficiais”; na Alemanha, Hitler assumiu o poder após eleições democráticas, em 1933 e, na Áustria, houve um golpe das milícias

fascistas que depuseram o governo social-democrata de Viena. Nenhum desses países realizou reformas estruturais; dissolveram os sindicatos e partidos políticos, perseguiram minorias e desenvolveram a indústria bélica em vista do próximo conflito mundial.

Uma variante diferente neste panorama foi a revolução russa de 1917, liderada por Lênin, Trotski e um pequeno grupo de revolucionários, dissidentes da Segunda Internacional socialista e que pregaram a tomada do poder pelos “soviets”, os conselhos de operários, soldados e camponeses. Derrotada a monarquia czarista e resistindo às invasões de tropas mercenárias financiadas pelas potências ocidentais, a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), sob o governo do partido bolchevique implantou, após “três anos de comunismo de guerra” e, depois, a NEP (Nova Política Econômica), via nacionalização das empresas, planificação estatal por meio de planos quinquenais e a coletivização da agricultura.

A degeneração posterior da revolução na URSS e sua transformação em um imenso “Gulag” sob a ditadura da oligarquia do partido, não conseguiram eliminar todas as conquistas da revolução e permitiram, em última análise, a resistência vitoriosa contra as tropas nazistas.

Mas, as contradições internas criadas pelo desenvolvimento de uma classe operária instruída e um grande contingente de cientistas, engenheiros e artistas avessos à ditadura totalitária, levaram ao desmoronamento da URSS, em 1991, apesar de seu incontestável desenvolvimento da indústria espacial, nuclear, aeronáutica e de material bélico, em geral. O desmoronamento do império resultou na emergência dos estados ex-satélites como entidades

políticas autônomas, na Europa Oriental e na Ásia Central.

Em 1959, um grupo de jovens idealistas atravessou em um pequeno barco o estreito que separa Cuba dos Estados Unidos, para dar início a uma luta revolucionária que derrubou a ditadura de Fulgêncio Batista e criou a República Socialista de Cuba. Malgrado a invasão por mercenários apoiados pela CIA e o embargo imposto pelo governo norte-americano que persiste até hoje, o regime de Fidel Castro sobreviveu, criando uma sociedade mais igualitária na Ilha, com destaque para suas conquistas nas áreas da educação e saúde, cujos indicadores rivalizam com os melhores da América Latina.

O que é possível inferir desta retrospectiva sumária dos movimentos revolucionários, nos últimos duzentos anos? A doutrina marxista preconizava que a revolução socialista iria realizar-se, primeiro, nos países industrialmente mais desenvolvidos, os quais contariam com uma classe operária bem organizada e consciente de sua missão histórica de derrubar e substituir o sistema desumano capitalista. A realidade mostrou-se bem diferente: a revolução ocorreu no país mais atrasado de ponto de vista capitalista, com uma imensa maioria de camponeses analfabetos. Após a derrota do “exército vermelho” pelas tropas comandadas pelo general Pilsudski e a queda do regime comunista efêmero de Bela Kun na Hungria, a onda revolucionária refluiu e Stalin proclamou “o socialismo em um só país”, criando o Komintern, uma organização que controlava todos os partidos comunistas do mundo, impondo-lhes estratégias e alianças a serviço dos interesses da URSS, enquanto se eliminava, por deportação para os “gulags” ou por execução sumária, qualquer voz dissidente.

Fracassou, também, a tentativa romântica de Che Guevara, de exportar a revolução para os países da América Latina. Tendo sido rejeitado pelos camponeses bolivianos e cercado por tropas que operavam com o apoio da CIA, foi sumariamente fuzilado.

Quanto aos proletários nos países capitalistas ocidentais, com a reconstrução do sistema produtivo com auxílio do Plano Marshall, no período que seguiu a segunda guerra mundial, estes embarcaram na sociedade de consumo cuja prosperidade facilitou lhes o acesso a moradias, automóveis, refrigeradores, rádio e TV (tão bem retratado por Lina Wertheimer, em “A classe operária vai ao paraíso”) e que os afastou completamente dos ideais e das organizações revolucionárias.

Entretanto, a chama revolucionária não se apagou. Surgiu novamente e num país atrasado, povoado por centenas de milhões de camponeses famintos os quais, sob a liderança de Mao Tse Tung e seu pequeno grupo de seguidores, se levantaram em armas para estabelecer um regime comunista na China, sem dúvida o maior e, por suas conseqüências, o mais importante movimento revolucionário na História da humanidade. Mao participou da revolução de 1911-12 e, posteriormente, aderiu ao partido comunista e organizou o partido Kuomintang, liderando um levante armado, em 1927, em Canton que foi reprimido violentamente, após a traição dos líderes do Kuomintang. Perseguido pelas tropas lideradas por Chiang Kai-shek, organizou o exército de camponeses que empreenderam a “longa marcha” (1934-35) pelo país, criando uma nova base para o movimento no noroeste da China. As tropas de camponeses derrotaram os invasores japoneses e os exércitos de Chiang Kai-shek, até que, em 1949,

proclamaram a República Popular Socialista da China, expulsando os nacionalistas para Formosa (Taiwan).

### **A revolução chinesa.**

A China tem uma história registrada que começa há cerca de 5000 anos, com os primeiros assentamentos no vale do Huang-Ho (o rio “vermelho”) que, junto com os assentamentos na Mesopotâmia e os do vale do rio Nilo no Egito, constituíram os berços da civilização humana. As terras cultivadas com alimentos atraíram desde cedo a cobiça e as invasões das tribos nômades das estepes, levando seus moradores a construir muros de defesa contra os “bárbaros”. Ao longo de séculos e milênios, as construções continuaram até formar a “grande muralha” que hoje, se estende por mais de oito mil quilômetros, única obra humana visível do espaço sideral. Sucessivas dinastias se sucederam e ampliaram a construção, atravessando montanhas e estepes. A dinastia dos Ming (1368-1644) usou o trabalho forçado de dezenas de milhares de homens e mulheres para concluir a obra que devia defender o império e demarcar as terras cultivadas das estepes habitadas por nômades. Entretanto apesar da muralha, o país foi frequentemente invadido, notadamente pelos mongóis, liderados por Ghengis Khan e seu neto, Kublai Khan.

Várias dinastias se sucederam até a unificação do império sob as dinastias dos Han e dos Tang, cujas fronteiras se estenderam desde o Turquistão ao leste até o Anam, no sul.

A cultura chinesa, baseada nos ensinamentos de Confúcio e de Lao Tse, espalhou-se pelos territórios vizinhos e exerceu forte influência sobre os vizinhos, sobretudo na Coreia e no Anam. Os invasores, ao longo dos séculos, adotaram os costumes e

tradições culturais dos chineses. Após a invasão dos Manchu, em 1644, a dinastia dos Qing governou por um longo período de prosperidade e expansão política, até o século 18. A partir dos contatos com o Ocidente, iniciou-se um período de crise e declínio, entremeado por revoltas populares no século 19 que devastaram o país e minaram a autoridade imperial. A derrota na guerra sino-japonesa (1894-95) e o levante dos “Boxers” em 1900, estimularam as reivindicações por reformas. Mas, o reino imperial só terminou em 1911, com a primeira revolução chinesa. Após a breve presidência de Sun Yat-Sen, considerado o pai da república, o país submergiu em um período de guerras entre generais que dominavam vastas extensões do território nacional. A república chinesa ruiu ao tentar enfrentar a invasão japonesa, em 1937, enquanto se espalhava a guerra civil travada entre os exércitos mercenários dos generais e o “exército vermelho” de camponeses, sob a liderança de Mao Tse Tung, que culminou, após o término da segunda guerra mundial, na derrota e fuga das tropas de Chiang Kai-shek para Formosa, posteriormente batizada com o nome indígena de Taiwan, enquanto estabeleceu-se a República Popular Socialista da China no continente. O país estava arrasado após anos de guerra civil, a exploração desenfreada das potências colonialistas ocidentais e do Japão, que mantinham enclaves territoriais autônomos, fora da jurisdição do governo chinês. Extraíram lucros fabulosos por meio de monopólios de comércio e de importação de drogas cujo consumo foi imposto à força à população, conforme relatado na “guerra de ópio” imposta pela Grã Bretanha. As esporádicas revoltas da população, como o levante dos “Boxers”, em 1900, foram

brutalmente reprimidos em massacres sangrentos pelos colonizadores que dispunham de armamentos modernos e superiores. Neste contexto, é preciso lembrar o massacre de pelo menos 150.000 habitantes da cidade de Nanjing, em 1937, por ocasião da invasão japonesa. Assim, surgiu um desafio inédito na História: como resgatar centenas de milhões de pessoas, em sua maioria camponeses analfabetos que sobreviveram à base de um punhado de arroz como alimentação diária?

Nos primeiros trinta anos, sob a mão de ferro de Mao e seu grupo de líderes revolucionários procurou-se estabelecer a autoridade do governo central e a criação de um aparelho institucional capaz de governar essa massa de 600 milhões, vivendo num imenso território, o terceiro maior do mundo, com mais de 10 milhões de km<sup>2</sup>. A consolidação do poder interno levou trinta anos durante os quais a China ficou isolada do resto do mundo, com poucas relações comerciais e diplomáticas, agravadas por conflitos de fronteira com a ex-URSS e o Vietnã.

Entre 1966 e 1976, o país foi varrido pela “revolução cultural” que terminou somente com a morte de Mao, em 1976. Durante dez anos, foram mobilizados e despertados politicamente dezenas de milhões de camponeses, trabalhadores e estudantes, enquanto foram eliminados do cenário social e político as “elites” tradicionais que arrastaram a China pela mais abjeta miséria e por conflitos intermináveis entre os generais, “senhores da Guerra”, durante séculos. Apesar de crueldades e eventuais injustiças cometidas durante a revolução cultural, a China emergiu dela como uma sociedade mais coesa e solidária, e seus membros mais conscientes de seu

legado histórico e de sua identidade nacional e cultural.

Uma mudança significativa ocorreu após a visita de Henry Kissinger, secretário de estado dos EUA, seguida de um encontro do líder chinês com o então presidente Richard Nixon, certamente em busca de uma aproximação militar, para enfrentar o “inimigo” principal, a ex-URSS. Com a morte de Mao, a China atravessou uma fase de transição da qual emergiu, como “homem forte”, o secretário geral do partido comunista, Deng Xiaoping. Este identificou se, desde o “grande salto para frente”, com a linha pragmática do partido, embora estivesse desacreditado durante a revolução cultural e, depois, foi novamente afastado de posição influente, durante o curto reino da “gangue dos quatro”. Deng ressurgiu com poder real na administração de Hua Guofeng e tornou se o maior expoente da modernização da economia e da aproximação com o Ocidente. A partir dos anos oitenta, pregou as “quatro modernizações”, a descentralização da administração econômica e a luta contra a corrupção. Politicamente, após a morte de Deng Xiaoping, a sociedade chinesa transitou tranquilamente para um governo composto pelos quadros superiores do partido e tecnocratas, selecionados pela Assembléia Nacional que se reúne a cada cinco anos, para votar as diretrizes dos planos de desenvolvimento econômico e social.

Não faltaram críticas do mundo ocidental pela falta de democracia, a execução sumária de criminosos (vide o caso dos adulteradores de leite para o consumo de crianças), a suposta opressão da população do Tibet e, sobretudo, o massacre de estudantes clamando por liberdade, na Praça de Tiananmen, em 1989. Mas, como governar, sem rígida disciplina, uma

população que hoje ultrapassou um bilhão e trezentos milhões de habitantes, apesar de um controle severo da natalidade, que não impediu o crescimento demográfico de 15 milhões por ano, aos quais é preciso prover alimentos, moradia, educação, serviços básicos de saúde e, sobretudo, empregos?

Na fase de transição para uma sociedade industrial moderna, a presença do estado com sua capacidade de planejar, orientar e regulamentar os investimentos produtivos mostrou se o fator fundamental para o surgimento da potência hegemônica chinesa no cenário internacional, à semelhança do desenvolvimento do Japão, no século 19.

#### **O crescimento econômico da China.**

Há três décadas, a economia chinesa cresce a taxas anuais superiores a dois dígitos, medidas pelos PIB (Produto Interno Bruto) para assombro e inveja de economistas e políticos ocidentais. Até a revista conservadora “*The Economist*” admite, embora contrariada, as vantagens de uma economia planejada, comparada com o sistema capitalista, para enfrentar os efeitos devastadores da crise mundial. “Quanto mais uma economia é dirigida, maiores as chances de sua recuperação em 2009” afirma na edição de janeiro deste ano.

Efetivamente, as empresas controladas pelo Estado que respondem por 1/3 da produção e metade dos investimentos foram ordenadas para não cortar empregos e manter os gastos de capital. O sistema bancário da China é um dos poucos que não foram contagiados pelo derretimento global de crédito. Previsões de economistas que acompanham a evolução da economia chinesa ao longo da crise, prevêem uma

retomada do crescimento de mais de 8%, em 2009.

Durante duas décadas de crescimento ininterrupto dezenas de milhões de camponeses migraram para as cidades, em um ritmo superior a qualquer outro país na história recente. Junto com a população, o processo de desenvolvimento expandiu-se em direção ao interior, ao longo dos grandes rios Yang Tse e Huang-Ho, acumulando ininterruptamente capital e investindo mais de 40% do PIB, além de absorver metade dos investimentos diretos estrangeiros do mundo. Com uma ilimitada oferta de mão de obra relativamente qualificada e acesso à tecnologia de ponta, a China conseguiu exportar e abarrotar os mercados externos com seus produtos, ao mesmo tempo acumulando reservas de dois trilhões de dólares e um saldo anual superavitário de mais de 200 bilhões de dólares. A qualidade de vida da população melhorou neste período, incluindo uma crescente e próspera classe média. Seu coeficiente Gini – parâmetro de distribuição desigual da renda – é igual ao dos Estados Unidos. A expansão do mercado interno reforça a tendência de crescimento da economia chinesa, atualmente já a terceira do mundo, igualando-se à do Japão. Mais do que o notável desempenho da economia, compete apontar os resultados sociais das políticas públicas chinesas que lograram incorporar, no mesmo período, 300 milhões de camponeses indigentes à força de trabalho e à economia de mercado. Investe-se pesadamente na educação e formação de mão de obra, conhecida como diligente e disciplinada. Ademais, manda-se, anualmente, dezenas de milhares de estudantes de pós-graduação para as melhores universidades do Ocidente, os quais voltam para seu país, diferentemente

dos da Ásia, África e da América Latina, com o “know how” adquirido, juntando ao enorme potencial de recursos humanos, capaz de adaptar, incorporar e inovar tecnologias. Mais da metade dos investimentos externos do mundo é canalizado para a China, cujo governo é favorável ao ingresso desses recursos, embora mantenha um controle rígido sobre sua entrada e saída, garantindo, por outro lado, a sua rentabilidade.

Destaques especiais merecem o desenvolvimento da indústria espacial; o envio de um satélite não tripulado para explorar a superfície lunar e o preparo de uma nova missão que irá pousar na lua, projetos que causam preocupações da NASA e do governo norte-americano.

Fala-se muito da corrupção e da burocracia que emperrariam o crescimento. Mas, qual é o país que conseguiu em tempo tão curto, reduzir ou eliminar essas disfunções, herança secular e endêmica?

A política externa não é regida pela ideologia. A China compra petróleo, gás, minerais, “commodities” e alimentos da Rússia, do Cazaquistão, da Nigéria, Angola, Sudão e, recentemente, propôs a compra de uma empresa de petróleo norte-americana – proposta prontamente vetada pelo Legislativo e o Executivo dos EUA.

Sem dúvida, a China enfrenta enormes problemas sociais e ambientais cujo equacionamento e solução exigirão investimentos e esforços adicionais de planejamento da expansão econômica. Mas, o governo parece estar decidido de levar a dinâmica do processo de desenvolvimento, da costa para o interior, onde se encontra a população mais pobre do país.

Em plena crise financeira e econômica que afeta o mundo, a China continua a crescer à taxa de 8,5% ao ano e suas compras de matérias primas ajudam a reanimar as economias ocidentais e as dos países “emergentes”. A crise bate feio nas economias capitalistas:

Empresas faliram e foram fechadas e o número de desempregados não pára de aumentar. Os bancos pedem ajuda aos governos para não soçobrar na avalanche de ativos “podres” e estes se mostram impotentes face à extensão e profundidade da crise, apelando para a ajuda do FMI. Na China, a moeda não é livremente convertível o que permite o controle da entrada e saída de capitais. O governo controla, também, os preços de serviços básicos – água, eletricidade, e combustível que permite o controle de tendências inflacionárias.

Indubitavelmente, a crise financeira e, sobretudo, o colapso da indústria manufatureira têm afetado também a China, embora em grau e intensidade menores do que nos países europeus e nos “emergentes”. Fábricas estão sendo fechadas na região meridional do país e seus operários estão sendo orientados para voltar para suas casas no interior. Até trabalhadores de colarinho branco estão sofrendo redução de seus salários e Wen Jibao, o primeiro ministro, cita Adam Smith – “The theory of moral sentiments” – para demonstrar sua preocupação com a melhor distribuição do produto nacional. Os governantes proclamam sua intenção de construir uma sociedade mais “harmoniosa” que coloca as pessoas em “primeiro lugar”.

A sessão anual do Congresso Nacional do Povo (partido?), em março de 2009, pouco revelou sobre a estratégia do governo para conter a crise. Gastos com políticas de bem estar seriam elevados de 1% para 4%, enquanto gastos com infra-estrutura e projetos de meio

ambiente sofreriam reduções. Os grandes beneficiados do “pacote” serão as empresas estatais, embora no discurso de encerramento, o primeiro ministro tenha destacado a importância das “forças do mercado”. Proclamou, também, a necessidade de prosseguir com as reformas políticas, a fim de garantir os “direitos do povo e a liberdade”. Os dirigentes chineses têm se mostrado cautelosos quanto a mudanças políticas, no sentido de democratização e eleições diretas, cobradas pelos críticos do mundo ocidental. Deng Xiaoping sugeriu que isto seria possível somente em 2050, dentro de “uma economia socialista de mercado”. Posteriormente, ele declarou que o regime de governo por um só partido só seria modificado nos próximos 100 anos... Esta parece ser a posição aceita pelos quadros superiores do partido, para evitar tensões e conflitos internos. Em 2002, pela primeira vez, na história do partido comunista chinês, o poder foi transferido de um grupo de líderes para outro, sem expurgos ou conflitos internos. A atual liderança enfatiza a necessidade de uma economia planejada e de um controle político rígido, como essenciais para a sobrevivência do regime. O presidente Hu Jintao não parece inclinado a enfraquecer a influência do partido e, menos ainda, de autorizar a formação de uma oposição. Esforços e recursos têm sido destinados para reconstruir as organizações de base do partido. Enfraquecidas pelo fechamento de inúmeras empresas estatais, enquanto cresce o setor privado cujas empresas estão sendo pressionadas para permitir o estabelecimento de sindicatos e células do partido, ambos controlados pelo Estado. Clamores recentes por uma abertura democrática e reformas foram relegadas por crises sucessivas: os

protestos no Tibet, as conseqüências do terremoto que causou dezenas de milhares de vítimas e, depois, os Jogos Olímpicos, durante os quais o governo tentou silenciar quaisquer manifestações contrárias ao regime.

O crescimento acelerado da economia tem imposto um preço muito alto à China, em termos de depredação do meio ambiente, de emissão de gases de efeito estufa e de rápido consumo de recursos que não podem ser importados – água e ar puros para evitar a deterioração do estado de saúde da população, vítima da chuva ácida que se expande sobre suas cidades. Apesar dos esforços do governo de procurar incentivar o uso de fontes energéticas mais limpas, a China continua sendo o maior consumidor de aço, cimento, carvão e, em pouco tempo, ultrapassará os Estados Unidos como maior consumidor de petróleo. Particularmente grave é o problema de abastecimento com água, diante da demanda explosiva da agricultura e da indústria.

O consumo de água, nas regiões mais áridas não ultrapassa 1/10 da quantidade recomendada pela OMS (Organização Mundial de Saúde) e 2/3 das cidades sofrem de carência no abastecimento de água. Também, o tratamento de esgotos está atrasado o que causa problemas de saúde e impacta na agricultura e na indústria. A China abriga em seu território dois dos maiores rios do mundo. Entretanto, vastas regiões no nordeste árido sofrem freqüentemente de escassez, o que obriga o governo de realizar um projeto gigantesco de

transposição de água, através de um canal de mais de 1000 quilômetros de extensão. No rio Yang Tse está sendo construída a maior central hidrelétrica do mundo para atender a demanda insaciável por energia das metrópoles e das indústrias chinesas .

Indubitavelmente, os resultados do desenvolvimento chinês são impressionantes e sua política de planificação permite apostar que o país conseguirá enfrentar os desafios da próxima década.

Enquanto o declínio do poder econômico dos Estados Unidos torna se mais evidente com o alastramento da crise industrial e financeira e, a persistência e o recrudescimento dos conflitos militares no Iraque e no Afeganistão levam, também, a questionar o seu poderio militar, a China segue em sua trajetória de expansão e crescimento econômicos. Segundo estimativas recentes de observadores, em 2027 a economia chinesa superará a norte-americana e, em 2050, seu PIB será o dobro do dos EUA. A língua mais falada no mundo não será mais o inglês, mas o mandarim e os ensinamentos de Confúcio competirão com os filósofos ocidentais.

O desenvolvimento da China, apesar do retrocesso durante a “revolução cultural”, continua sendo o mais espetacular na história da civilização e, com a superação dos conflitos étnicos internos nas regiões do Tibet e Turkmenistão, o país constituirá o fator central do equilíbrio e da paz no século 21.